



Introdução ao Dossiê

40 ANOS DO SAESP E OS DESAFIOS DOS SISTEMAS DE ARQUIVOS NO BRASIL

O Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP, criado em 1984, é um sistema estruturador como outros quinze sistemas existentes na administração pública estadual (Sistemas de Administração Financeira, de Administração Orçamentária, de Administração de Pessoal etc.), que objetiva assegurar a gestão documental, a preservação e o acesso a documentos arquivísticos do Poder Executivo paulista. O Arquivo Público do Estado – APESP cresceu ao assumir as competências de órgão central do SAESP, especialmente a de implementar e dar efetividade à política estadual de arquivos por meio da edição de normas técnicas e da promoção de capacitação para os agentes que atuam na gestão de documentos e nos arquivos dos órgãos setoriais. Além do seu reconhecido papel na preservação, difusão e acesso ao patrimônio documental do Estado de São Paulo, o APESP também passou a interagir diariamente com todos os demais órgãos e entidades estaduais no sentido de viabilizar a gestão de seus documentos, em qualquer suporte ou formato.

Nesta edição da Revista do Arquivo, o dossiê temático **40 anos do SAESP e os desafios dos sistemas de arquivos no Brasil**, revela alguns polos de investigação, contemplando análises das singularidades, transformações, estratégias e conquistas observadas no processo de criação, implementação e desenvolvimento do SAESP entre 1984 e 2024. E, também, estudos e pesquisas sobre a teoria dos Sistemas de Arquivos e demais conceitos interligados; relatos de experiências que envolvem implementação de sistemas de arquivos, de políticas arquivísticas e de modelos de gestão documental em seus respectivos contextos.

Além dos trabalhos que estudam particularidades do SAESP, os textos reunidos nesse dossiê refletem a diversidade das realidades enfrentadas pelos arquivos. Seus autores abordaram variados assuntos, como pesquisas sobre princípios metodológicos e relações entre teoria e prática arquivística; estudos sobre aspectos da legislação e das normas técnicas arquivísticas no Executivo e no Judiciário;

relatos de experiências que envolvem Arquivos Municipais, utilização de sistemas informatizados de gestão documental, bem como iniciativas exitosas ou frustradas de implementação de modelos de gestão documental em diferentes tipos de organizações, públicas e privadas, apontando suas possibilidades e seus desafios.

Ramon Alberch i Fugueras, em seu artigo *Algunas reflexiones y experiencias prácticas acerca de los sistemas de archivos y otros conceptos relacionados* (Algunas reflexões e experiências práticas sobre os sistemas de arquivos e outros conceitos relacionados), situa historicamente o surgimento de três eixos conceituais: Sistema de Arquivos, Política de Arquivos e Modelo de Gestão Documental. Após desenvolver a estreita articulação existente entre esses três conceitos, salienta que, na prática arquivística, um Sistema Institucional de Arquivos deve ter o Arquivo Público como órgão central, para poder promover políticas públicas cujas normativas visem à proteção documental, à gestão documental com a produção de suas ferramentas, bem como à transparência governamental. Após analisar algumas aplicações desses três conceitos em arquivos da Colômbia, República Dominicana e Espanha, o autor afirma que o órgão central de um Sistema Institucional de Arquivos precisa ocupar uma posição privilegiada na estrutura governamental a fim de reforçar o papel transversal e interdepartamental dos Arquivos.

Em seu artigo *As contribuições e inovações do SAESP do ponto de vista metodológico*, **Renato Tarciso Barbosa de Sousa** defende que a arquivologia seja uma disciplina com um profundo compromisso com a prática, e saúda o SAESP por oferecer à comunidade, de diversas formas, uma metodologia para orientar o desenvolvimento dos trabalhos baseada na abordagem funcional, em um país onde muitos instrumentos de gestão documental levam

em conta os formatos, as mídias ou os assuntos dos documentos. Após citar alguns dos principais estudos sobre a classificação funcional publicados nas últimas décadas, o autor registrou sua avaliação da metodologia utilizada pelo SAESP na construção de seus Planos e Tabelas utilizando o modelo proposto por Sabine Mas e Louise Gagnon-Arguin (2007-2008)¹, que articula três elementos ou categorias: estrutura, lógica e semântica. Comparativamente, os resultados de São Paulo superam os de outras avaliações.

Em sua análise sobre a trajetória do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, no artigo *O SAESP e as políticas de gestão documental e acesso à informação no Brasil: contribuições e desafios*, **Paulo Roberto Elían dos Santos** destaca que a criação do SAESP foi uma inovação no cenário nacional amparada em decisão política, conhecimento consistente e capacidade executiva para viabilizar a implantação de um complexo sistema de arquivos. Aponta que, em seu processo de desenvolvimento, o SAESP contou com a visão estratégica de seus colaboradores para estar em sintonia com os contextos políticos, como se observou na solução que, em 2011-2012, articulou a política arquivística paulista às questões levantadas pela Lei de Acesso à Informação (LAI – LF 12.527/2011). Em seguida, enumera os elementos que, a seu ver, configurariam uma política pública de arquivos e sugere alguns itens que fortaleceriam ainda mais um sistema como o SAESP.

¹MAS, Sabine ; GAGNON-ARGUIN, Louise. *Problématique de l'organisation et du repérage des documents administratifs électroniques dans un contexte de gestion décentralisée des ressources informationnelles*. Archives, Quebec, v. 39, n. 2, p. 47-87, 2007-2008.



No artigo *Sistemas informatizados de gestão documental nos 40 anos do SAESP*, **Eli-sangela Mendes Queiroz, Benedito Vanelli do Carmo Neto e Rogério Madeira Moura Campos** relatam a trajetória percorrida pelo SAESP na implementação de ferramentas informatizadas de gestão documental, começando por sistemas referenciais como o Sistema de Protocolo Único (SPU) e o Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações (SPdoc); em seguida, buscando oferecer um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), ao promover o Programa São Paulo Sem Papel (SP Sem Papel) e atualmente o Sistema Eletrônico de Informações (SEI/SP). Esse caminho denota a articulação do Arquivo Público do Estado junto a órgãos de gestão e de tecnologia, bem como a adaptação do órgão central do SAESP às contingências, procurando diminuir resistências governamentais ao pensamento arquivístico.

Josemar Henrique de Melo descreve o processo de elaboração das minutas de leis e decretos que lançaram as bases para criar uma instituição arquivística estadual, bem como as dificuldades de implementação de um marco legal arquivístico, no artigo *Boas práticas na constituição do Arquivo Público da Paraíba*. O autor expõe o processo de elaboração desses atos normativos, que se apoiou não apenas nas publicações do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Arquivo Nacional, mas também nas do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Apesar de a Lei de criação do Arquivo Público do Estado da Paraíba - APEPB ter sido promulgada em 2018 e de terem sido nomeadas algumas poucas pessoas em 2019, o autor relata que a sede própria do APEPB ainda não foi definida e que a tarefa de recolhimento da massa documental do Estado ainda não foi planejada, numa de-

monstração das dificuldades encontradas pelos agentes públicos para a institucionalização das políticas arquivísticas para além da formalização legal.

Em 2020, o Arquivo Nacional apresentou uma proposta de Política de Gestão de Documentos e Arquivos (PGDeArq) para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Essa proposta foi submetida a consulta pública e aprimorada após sua sistematização. Ao relatar esse episódio no artigo *PGDeArq: Avanços, desafios e oportunidades perdidas na Gestão de Documentos da Administração Pública Federal*, **Larissa Costa e Neide De Sordi**, abordam os avanços da proposta, discutem os desafios permanentes do Arquivo Nacional e analisam que a proposta da PGDeArq, que não foi implementada, representou uma oportunidade perdida para modernizar e fortalecer a gestão documental no Executivo Federal.

A propósito deste artigo, vale lembrar que, após vinte anos da publicação da chamada Lei de Arquivos, a Lei Federal n. 8.159/1991, a Primeira Conferência Nacional de Arquivos - I CNARQ reuniu, em 2011, especialistas de todo o país para discutir a política nacional de arquivos. Essa discussão previa a revisão de seus marcos legais e a análise da atuação do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ. Na ocasião, o Arquivo Público do Estado apresentou diversas propostas em todos os eixos de discussão e participou ativamente de todas as etapas da I CNARQ. O Relatório Final publicado pelo Ministério da Justiça indicou os passos que se seguiriam visando a implementação das propostas aprovadas.

O Arquivo Público do Estado dedicou-se, por anos, a efetivá-las, inclusive participando ativamente do GTCNARQ, Grupo de Trabalho instituído pelo Ministério da Justiça para dar continuidade às propostas da I CNARQ e, posteriormente, tendo assento nas reuniões do CONARQ (Bernardes, Pereira, 2021)². Infelizmente nenhuma delas foi adiante.

Para 2026, anuncia-se a realização de uma segunda Conferência Nacional de Arquivos e, com ela, descortina-se uma nova possibilidade para se pensar os arquivos e a gestão documental. Espera-se que esta não venha a ser, mais uma vez, uma oportunidade perdida.

Como apresentado anteriormente, esta edição da *Revista do Arquivo*, para além da comemoração do aniversário de um sistema estadual de arquivos que vem tendo sucesso na implantação do processo de gestão documental, pretende contribuir para a reflexão sobre a necessidade de ampliação das políticas arquivísticas em nível nacional, estadual e municipal, considerando elementos conceituais, técnicos e estruturais que fundamentam a criação de políticas públicas.

*Ieda Pimenta Bernardes**

*Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano**

* As editoras deste número da *Revista do Arquivo* agradecem a colaboração de Maria Elisa Pereira na leitura atenta e na análise dos textos que compõem este Dossiê.

²BERNARDES, Ieda Pimenta; PEREIRA, Maria Elisa. A atuação do Arquivo Público do Estado na implementação e na revisão da Lei de Arquivos. *Revista do Arquivo*, São Paulo, Ano VII, n. 13, p. 158 - 202, dezembro de 2021. Disponível em: <<https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/ojs/revista_do_arquivo/article/view/57/25. Acesso em: 06 dez. 2025>>.